



UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

SÍNTESE
DIALOGOS EMPRESARIAIS

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
CENÁRIO ECONÔMICO	4
1. CENÁRIO GLOBAL	4
2. CENÁRIO NACIONAL.....	6
2.1 Conjuntura Econômica.....	6
2.2 Cenário Fiscal.....	14
2.3 Cenário Externo	16
2.4 Mercado de Trabalho	17
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA – COVID-19	19
3.1 Novo Regime Fiscal.....	19
3.2 Política de Garantia de Emprego e Renda Mínima aos Trabalhadores.....	21
4. BRASIL – PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS 2020-2021	25
5. CONJUNTURA ECONÔMICA REGIÃO NORDESTE	27
5.1 Perspectivas para a região Nordeste pós pandemia – Consórcio Nordeste.....	32
6. CENÁRIO E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BAIANA	35
7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA 2035	37
8. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU	39
8.1 ODS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	41
9. IMPACTOS E TENDÊNCIAS DA COVID-19 NOS PEQUENOS NEGÓCIOS.....	42

APRESENTAÇÃO

Este documento não se caracteriza como artigo formal, se constitui na compilação de informações que poderão ser úteis para subsidiar as discussões dos trabalhos em grupos. Contempla o cenário econômico que deriva do impacto da pandemia causada pelo vírus Covid-19 no âmbito global, economia nacional, regional, no estado da Bahia e sobre o universo dos pequenos negócios.

É também uma tentativa de dar concretude aos aspectos abordados nos “Diálogos Empresariais” que antecederam ao nosso **Seminário e Oficina do Planejamento Estratégico**.

Além dos aspectos conjunturais, traz uma síntese do Planejamento Estratégico 2035 do

Governo do Estado da Bahia, e uma rápida apresentação dos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), para que tenhamos oportunidade de identificar de que forma poderemos alinhar nossas estratégias ao planejamento estratégico do Governo do Estado, bem como contribuir com os ODS, que foram instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade.

Para compreensão da realidade do impacto da Covid-19 junto ao universo dos pequenos negócios apresentamos um link de estudo atualizados produzido pelo Sebrae Nacional, que apresenta o impacto sobre os setores produtivos e alternativas para sua recuperação.

Unidade de Gestão Estratégica
Agosto de 2020

1. CENÁRIO GLOBAL

Tabela 1 - Selected Economies Real GDP Growth
(Percent change)

	2018	2019	Projections		Difference from April 2020 WEO Projections 1/	
			2020	2021	2020	2021
Argentina	-2,5	-2,2	-9,9	3,9	-4,2	-0,5
Australia	2,8	1,8	-4,5	4,0	2,2	-2,1
Brazil	1,3	1,1	-9,1	3,6	-3,8	0,7
Canada	2,0	1,7	-8,4	4,9	-2,2	0,7
China	6,7	6,1	1,0	8,2	-0,2	-1,0
Egypt 2/	5,3	5,6	2,0	2,0	0,0	-0,8
France	1,8	1,5	-12,5	7,3	-5,3	2,8
Germany	1,5	0,6	-7,8	5,4	-0,8	0,2
India 2/	6,1	4,2	-4,5	6,0	-6,4	-1,4
Indonesia	5,2	5,0	-0,3	6,1	-0,8	-2,1
Iran 2/	-5,4	-7,6	-6,0	3,1	0,0	0,0
Italy	0,8	0,3	-12,8	6,3	-3,7	1,5
Japan	0,3	0,7	-5,8	2,4	-0,6	-0,6
Kazakhstan	4,1	4,5	-2,7	3,0	-0,2	-1,1
Korea	2,9	2,0	-2,1	3,0	-0,9	-0,4
Malaysia	4,7	4,3	-3,8	6,3	-2,1	-2,7
Mexico	2,2	-0,3	-10,5	3,3	-3,9	0,3
Netherlands	2,6	1,8	-7,7	5,0	-0,2	2,0
Nigeria	1,9	2,2	-5,4	2,6	-2,0	0,2
Pakistan 2/	5,5	1,9	-0,4	1,0	1,1	-1,0
Philippines	6,3	6,0	-3,6	6,8	-4,2	-0,8
Poland	5,3	4,1	-4,6	4,2	0,0	0,0
Russia	2,5	1,3	-6,6	4,1	-1,1	0,6
Saudi Arabia	2,4	0,3	-6,8	3,1	-4,5	0,2
South Africa	0,8	0,2	-8,0	3,5	-2,2	-0,5
Spain	2,4	2,0	-12,8	6,3	-4,8	2,0
Thailand	4,2	2,4	-7,7	5,0	-1,0	-1,1
Turkey	2,8	0,9	-5,0	5,0	0,0	0,0
United Kingdom	1,3	1,4	-10,2	6,3	-3,7	2,3
United States	2,9	2,3	-8,0	4,5	-2,1	-0,2

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook, June 2020 Update

CENÁRIO GLOBAL

O crescimento global é projetado em -4,9 por cento em 2020, 1,9 pontos percentuais abaixo da previsão do *World Economic Outlook* (WEO) ¹de abril de 2020. A pandemia COVID-19 teve um impacto mais negativo sobre a atividade na primeira metade de 2020 do que o previsto, e a recuperação é projetada para ser mais gradual do que anteriormente previsto. Em 2021, o crescimento global é projetado em 5,4%.

No geral, isso deixaria o PIB de 2021 cerca de 6,5 pontos percentuais abaixo das projeções pré-COVID-19 de janeiro de 2020. O impacto adverso sobre as famílias de baixa renda é particularmente agudo, colocando em risco o progresso significativo feito na redução da pobreza extrema no mundo desde década de 1990.

Todos os países - incluindo aqueles que aparentemente superaram picos de infecções - devem garantir que seus sistemas de saúde tenham os recursos adequados. A comunidade internacional deve intensificar amplamente seu apoio às iniciativas nacionais, inclusive por meio de assistência financeira a países com capacidade limitada de cuidados de saúde e canalização de financiamento para a produção de vacinas à medida que os testes avançam, de modo que doses adequadas e acessíveis estejam rapidamente disponíveis para todos os países.

Onde os bloqueios são necessários, a política econômica deve continuar a amortecer as perdas de renda familiar com medidas consideráveis e bem direcionadas, bem como fornecer apoio às empresas que sofrem as consequências das restrições impostas à atividade. Onde as economias estão reabrindo, o suporte direcionado deve ser gradualmente desfeito conforme a recuperação começa.

O ambiente externo é desafiador. A ampla liquidez internacional e o retorno do apetite pelo risco contribuem para melhores condições financeiras. A retração da economia mundial será profunda, porém curta, caso as previsões do FMI se confirmem. O estímulo das políticas econômicas em escala global é significativo.

Especificamente para a economia brasileira, além da retomada esperada dos fluxos de capital externo, a recuperação dos níveis de atividade nos países desenvolvidos e na China deve manter o mercado externo em condições de absorver nossas exportações: os preços das commodities relevantes para o Brasil, como produtos agrícolas e minérios, tiveram uma queda menor que a média das commodities, que é muito influenciada pelo preço do petróleo, que caiu quase 50% em relação ao último trimestre de 2019. O preço da soja caiu 8%, ante uma redução média de 4,3% para os produtos agrícolas; o minério de ferro teve um aumento de 4,4% na mesma comparação, enquanto para o conjunto de commodities metálicas a queda foi de 11%.

¹ World Economic Outlook Update, junho de 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>. Acesso 17/08/2020

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1 Conjuntura Econômica

Resultados 1º trimestre de 2020

Figura 1 – Painel Indicadores 1º Trimestre 2020

Painel de Indicadores



Inflação
IPCA | Mensal
0,36 %
jul 2020



Inflação
INPC
0,44 %
jul 2020



Varição do PIB
SCNT | Acumulado 4 trimestres
0,9 %
1º tri 2020



Desemprego
PNAD Contínua
12,2 %
1º tri 2020

Fonte: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso 17/08/2020

Atividade Econômica Volta a Crescer no III Trimestre ²

A despeito da forte redução da atividade econômica observada no final de março e ao longo de abril, vários indicadores apontam no sentido de que a atividade econômica voltou a crescer a partir de maio. Um fator importante para essa recuperação é a implementação efetiva do auxílio emergencial, que parece ter coberto parcela substancial da renda dos trabalhadores informais e em condição de vulnerabilidade.

² Atividade Econômica e Resultados do PIB do 1º Trimestre de 2020 Sexta-feira, 29 de maio de 2020.

Disponível em:

<file:///D:/Users/isabel.ribeiro/Downloads/Resultados%20do%20PIB%20do%20primeiro%20trimestre.pdf>. Acesso 17/08/2020

Tabela 2 - Resultado do PIB do 1º trimestre de 2020⁴

	Variação % ante mesmo trimestre do ano anterior				Variação % ante trimestre anterior (com ajuste sazonal)					2020 (carry over)
	2019. II	2019. III	2019. IV	2020.I	2019. II	2019. III	2019. IV	2020.I	2020.I (anualizado)	
PIB p.m	1.1	1.2	1.7	-0.3	0.5	0.5	0.4	-1.5	-6.0	-0.9
Oferta										
Agropecuária	1.4	2.1	0.4	1.9	0.8	1.2	-0.4	0.6	2.3	1.0
Indústria	0.3	1.0	1.5	-0.1	0.6	0.8	0.0	-1.4	-5.4	-0.8
Serviços	1.2	1.0	1.6	-0.5	0.2	0.3	0.7	-1.6	-6.4	-0.9
Demanda										
Consumo das Famílias	1.8	1.9	2.1	-0.7	0.4	0.5	0.4	-2.0	-7.7	-1.4
Consumo do Governo	-0.7	-1.4	0.3	0.0	-0.3	-0.4	0.4	0.2	1.0	0.3
FBCF	5.4	2.9	-0.4	4.3	2.5	1.7	-2.7	3.1	13.0	2.5
Exportação	1.3	-4.4	-5.1	-2.2	-2.3	-2.4	2.3	-0.9	-3.6	-1.0
Importação (-)	4.9	2.2	-0.2	5.1	1.5	2.5	-3.3	2.8	11.7	1.8

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME. *2020 = acumulado em 4 trimestre até 2021.

Vários indicadores apontam no sentido de que a atividade econômica voltou a crescer a partir de maio, permitindo caracterizar abril como o “fundo do poço”. Esse parece ser o caso, em particular, do comércio.

O indicador dessazonalizado de confiança dos empresários do setor em junho cresceu para 84,4 pontos, 17 pontos a mais que em maio, com uma melhora tanto do índice da situação atual, que passou de 69,3 para 82 pontos, quanto do índice das expectativas, que avançou de 66,9 para 87,5 pontos. Considerando os segmentos da atividade, nota-se que, na comparação interanual, houve uma diminuição no ritmo de queda do indicador.

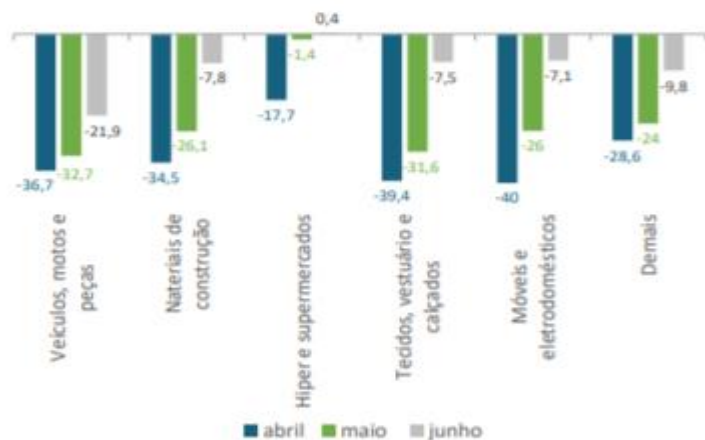
⁴ Carta da Conjuntura nº 47 – 2º Trimestre 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200630_cc_47_visao_geral.pdf. Acesso 17/08/2020

No segmento de hiper e supermercados, inclusive, já se verifica uma leve alta, de 0,4 ponto – ou seja, o índice de confiança dos empresários em junho já é maior que em junho de 2019. O índice Cielo de faturamento nominal do varejo, que compara o faturamento semanal de diferentes segmentos do comércio em relação ao período pré-crise, mostra que as fortes quedas de vendas do final de março e de abril vêm dando lugar a variações menos negativas em todos os segmentos.

Destacam-se nessa recuperação os segmentos demais bens de consumo não duráveis e vestuário. Em móveis e eletrodomésticos, materiais de construção e demais bens de consumo duráveis, as variações já são positivas.

Gráfico 1 – Índice de confiança por segmento – variação interanual (em pontos)

Índice de confiança do comércio por segmento – variação interanual
(Em pontos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

Elaboração: Dimac/Ipea.

Conjuntura Econômica

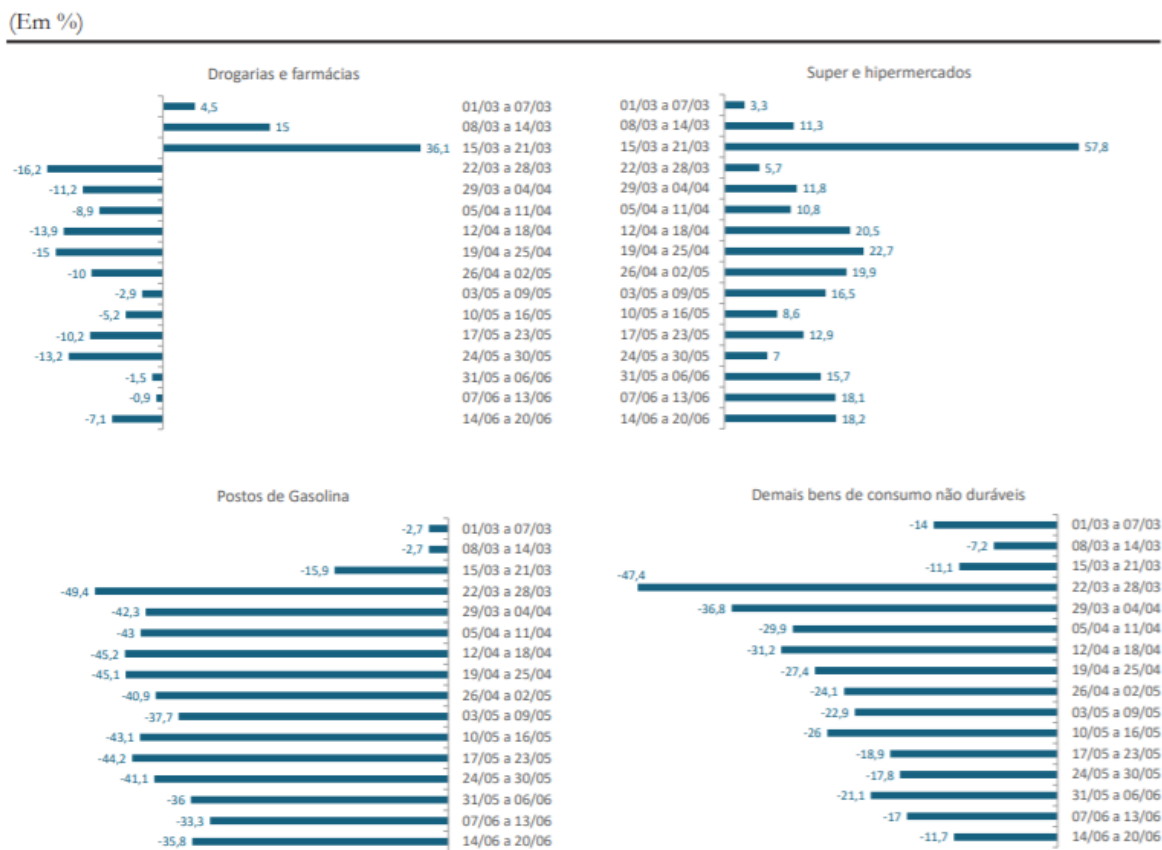
Na indústria, indicadores preliminares apontam para um início de reversão da forte queda de abril. Há indicadores de retomada da produção em setores como indústria automobilística, vestuário, máquinas e equipamentos e informática e eletrônicos. Em contrapartida, estima-se que a indústria de alimentos, que cresceu em abril (+3,3% em relação a março) em meio à retração generalizada dos demais segmentos da indústria de transformação, tenha tido queda em maio (-1,3%). O excepcional crescimento de abril teria refletido, entre outros fatores, o forte aumento da produção de açúcar, que tem sido privilegiada em detrimento da produção de etanol.

O consumo de energia elétrica pelo setor industrial é uma das variáveis que apontam para a retomada da produção. Após uma forte queda em abril, houve uma recuperação praticamente geral em maio. Em junho (média dos primeiros doze dias), alguns setores – os mais afetados em abril – mantiveram o crescimento, enquanto em outros houve uma ligeira queda na comparação com maio

DIÁLOGOS EMPRESARIAIS

Conjuntura Econômica

Gráfico 2 - Índice Cielo do varejo: bens de consumo duráveis – variação do faturamento nominal em relação a dias equivalentes de fev./2020, com ajuste de calendário (Em %)

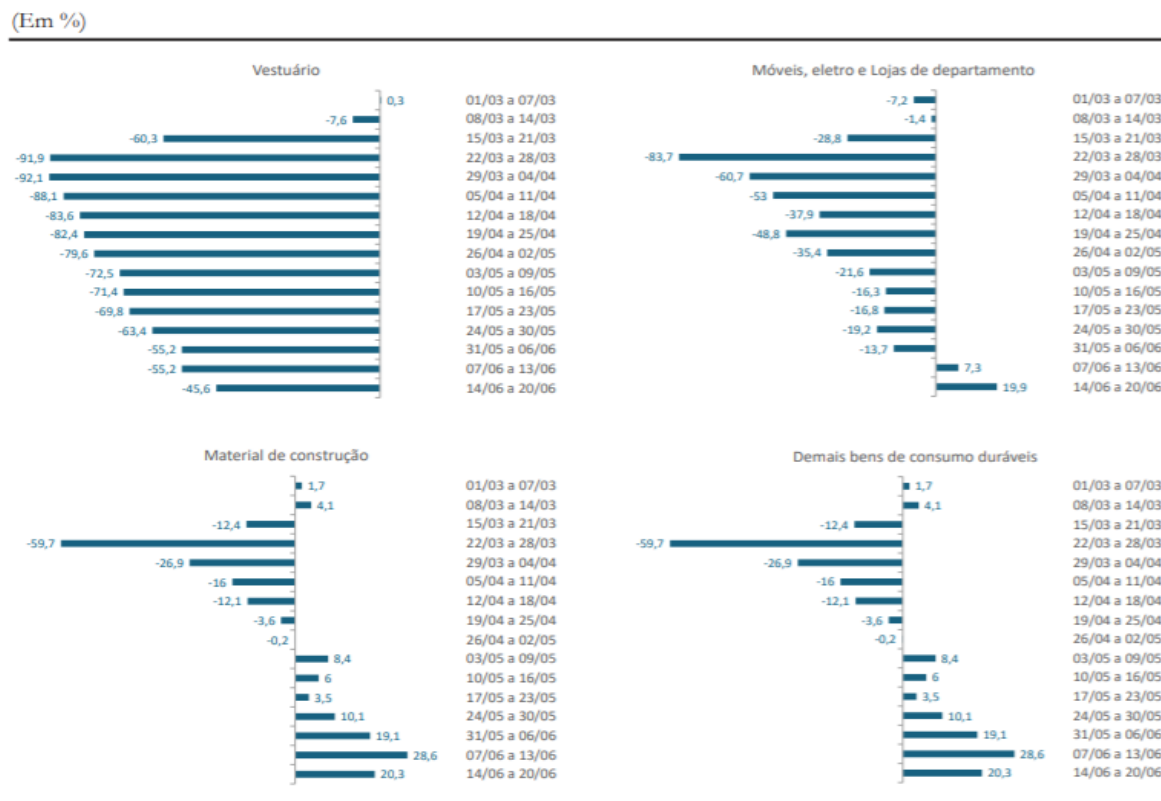


Fonte: Cielo. Elaboração: Dimac/Ipea

DIÁLOGOS EMPRESARIAIS

Conjuntura Econômica

Gráfico 2 - Índice Cielo do varejo: bens de consumo duráveis – variação do faturamento nominal em relação a dias equivalentes de fev./2020, com ajuste de calendário (Em %) (continuidade)



Fonte: Cielo. Elaboração: Dimac/Ipea

A recuperação da atividade econômica está também associada à implementação efetiva das medidas de política adotadas para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia. No caso da renda, as transferências por meio do auxílio emergencial, que foram ganhando corpo a partir da segunda metade de abril, provavelmente tiveram um impacto importante nas vendas do comércio de maio em diante. O Tesouro Nacional já efetuou desembolsos de R\$ 95,6 bilhões nesta rubrica – o que não significa que esse montante já tenha chegado às famílias.

A pandemia interrompeu temporariamente o processo de consolidação fiscal pelo qual passava a economia brasileira. Durante o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser, evidentemente, a proteção da vida e da saúde das pessoas, bem como a preservação de empregos, renda e empresas. Assim, o governo lançou um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e à economia, muitas das quais envolvem um custo fiscal significativo, tanto pelo lado da despesa como pelo lado da receita.

Espera-se que, em função da deterioração fiscal causada pela pandemia, a dívida bruta do governo geral (DBGG) em proporção do PIB aumente de 75,8% no final de 2019 para 93,7% no final de 2020. Apesar da expectativa de que as medidas emergenciais não se estendam além de 2020, a crise da Covid-19 aumentou também para o futuro os desafios fiscais do país, que sairá da crise com uma dívida pública muito mais alta, e níveis de produção e arrecadação muito mais baixos que antes. Logo, o esforço fiscal que vinha sendo realizado terá que ser reforçado, visando reafirmar o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e com uma trajetória sustentável para a dívida pública.

A política de ampliação do crédito, seja por meio de garantias do Tesouro, seja por mudanças de caráter regulatório, também vem produzindo efeitos, ainda que algumas políticas não tenham obtido o resultado esperado. Entre os programas de crédito que envolvem recursos públicos, o Programa Emergencial de Suporte a Empregos foi criado para financiar a folha de pagamentos das empresas com garantia do Tesouro, mas dos R\$ 40 bilhões previstos somente R\$ 4,1 bilhões haviam sido tomados.

A Medida Provisória no 975, que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi aprovada no início de junho e prevê que o governo aumente o capital do fundo garantidor de investimentos em até R\$ 20 bilhões.

No mercado de crédito total do Sistema Financeiro Nacional (SFN), embora as novas concessões estejam 8,8% abaixo do nível de fevereiro – depois de terem subido 14% em março –, destacam-se nos últimos meses as recuperações de novas concessões, em termos reais, nos segmentos de cartão de crédito de pessoas físicas, que caiu 28% de fevereiro para abril e cresceu 7% em maio; de capital de giro para as empresas, que teve fortes elevações em março e abril, mas significativa queda em maio, embora tenha permanecido, neste último mês, em um nível bem elevado em relação à série; e de aquisição de veículos, em que, depois da queda de 53% entre fevereiro e abril, registrou-se um crescimento de 38% em maio.

A inadimplência de empréstimos com recursos livres para pessoa física, segundos dados do BCB, embora já viesse aumentando, ganhou um impulso em março e abril, chegando a 5,4%, e sofreu uma nova elevação, embora menor, em maio, alcançando 5,5%. A inadimplência de pessoas jurídicas também subiu nos últimos três meses, mas nada de significativo se comparada à série histórica. É importante ressaltar, no entanto, que o sistema financeiro evitou uma elevação imediata maior da inadimplência porque fez um esforço para renegociar contratos – dilatando prazos de pagamentos. Devido à piora do mercado de trabalho e da saúde financeira das empresas, parte desses contratos que foram renegociados pode tornar-se inadimplente nos próximos meses.

2.2 Cenário Fiscal

A arrecadação total das Receitas Federais⁵ atingiu, em junho de 2020, o valor de R\$ 86.258 milhões, registrando decréscimo real (IPCA) de 29,59% em relação a junho de 2019. No período acumulado de janeiro a junho de 2020, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 665.966 milhões, representando um decréscimo pelo IPCA de 14,71%. Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado, em junho de 2020, foi de R\$ 84.267 milhões, representando um decréscimo real (IPCA) de 29,32%, enquanto que no período acumulado de janeiro a junho de 2020, a arrecadação alcançou R\$ 637.217 milhões, registrando decréscimo real (IPCA) de 14,91%.

O resultado tanto do mês quanto do período acumulado foi bastante influenciado pelos diversos diferimentos decorrentes da pandemia de Coronavírus. Os diferimentos somaram, aproximadamente, 81,3 bilhões e atingiram o montante de 20,4 bilhões em junho. As compensações cresceram 7,64% no mês de junho de 2020 em relação a junho de 2019 e apresentaram crescimento de 33,59% no período acumulado. Destaca-se, ainda, que no período observaram-se receitas extraordinárias de IRPJ/CSLL que contribuíram para o resultado.

Tabela 3 – Arrecadação das Receitas Administrativas pela RFB excluídos os principais fatores não recorrentes e de alterações na legislação

PERÍODO: JUNHO - 2020/2019
(A PREÇOS DE JUNHO/2020 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	JUNHO				JANEIRO A JUNHO			
	2020 [A]	2019 [B]	[A]-[B]	[A]/[B]%	2020 [C]	2019 [D]	[C]-[D]	[C]/[D]%
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [1]	84.267	119.219	(34.951)	(29,32)	636.252	747.732	(111.480)	(14,91)
PRINCIPAIS FATORES NÃO RECORRENTES E DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO [2]	(29.580)	(6.330)	(23.251)	367,33	(143.791)	(39.581)	(104.210)	263,28
COMPENSAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(6.813)	(6.330)	(483)	7,64	(59.023)	(44.181)	(14.842)	33,59
IRPJ/CSLL (ATÍPICOS)	-	-	-	-	2.800	4.600	(1.800)	(39,13)
DIFERIMENTOS DE TRIBUTOS	(20.417)	-	(20.417)	-	(81.300)	-	(81.300)	-
REDUÇÃO DO IOF CRÉDITO	(2.351)	-	(2.351)	-	(6.268)	-	(6.268)	-
RESULTADO [1]-[2]	113.848	125.548	(11.700)	(9,32)	780.043	787.313	(7.269)	(0,92)

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – junho – 2020

Sem considerar o efeito dos fatores não recorrentes listados na tabela acima, verificasse um decréscimo real de 9,32% na arrecadação, no mês de junho, e da mesma forma, decréscimo real de 0,92%, no período acumulado.

⁵ Secretaria da Receita Federal do Brasil – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – junho – 2020

Tabela 4 – Principais medidas tributárias adotadas no combate ao COVID – 19 - Diferimento de tributos

UNIDADE: R\$ MILHÕES

Ato Normativo	Data	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO	IMPACTO EM JUNHO/20	IMPACTO ACUMULADO
Resolução CGSN nº 154	18/03/2020	Diferimento do prazo para pagamento do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins e Contribuição Previdenciária das empresas do Simples Nacional	3 meses	3.434	10.901
Portaria ME 201/20	11/05/2020	Prorroga o prazo de recolhimento de parcelas referentes aos parcelamentos especiais no âmbito da RFB e PGFN.	3 meses	868	1.736
Instrução Normativa - RFB 1.934/20	07/04/2020	Postergação, por 60 dias, da entrega da DIRPF assim como do recolhimento do imposto;		-5.361	3.419
Resolução CGSN nº 155	18/05/2020	Prorroga o prazo de recolhimento de parcelas referentes aos parcelamentos especiais, do Simples Nacional, no âmbito da RFB e PGFN. (Maio para agosto; junho para outubro e julho	3 meses	**	**
Portaria ME 139/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento das contribuições PIS/PASEP	2 meses	-	4.692
Portaria ME 139/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento da Cofins	2 meses	-	19.676
Portaria ME 139/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal	2 meses	-	19.400
Portaria ME 245/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento das contribuições PIS/PASEP	1 mês	2.413	2.413
Portaria ME 245/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento da Cofins	1 mês	10.063	10.063
Portaria ME 245/20	03/04/2020	Diferimento do pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal	1 mês	9.000	9.000
TOTAL				20.417	81.300

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – junho – 2020

Tabela 5 - REPASSE DA ARRECAÇÃO DAS OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS (TERCEIROS) – Sebrae (Em R\$ 1,00)

Período	Total Repassado	Evolução mês a mês
jan/20	401.047.445,46	
fev/20	232.467.772,10	-42,0%
mar/20	225.600.700,15	-3,0%
abr/20	220.324.924,50	-2,3%
mai/20	204.245.923,99	-7,3%
jun/20	216.154.309,90	5,8%
jul/20	244.243.783,65	13,0%
Total	1.744.084.859,80	

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

2.3 Cenário Externo

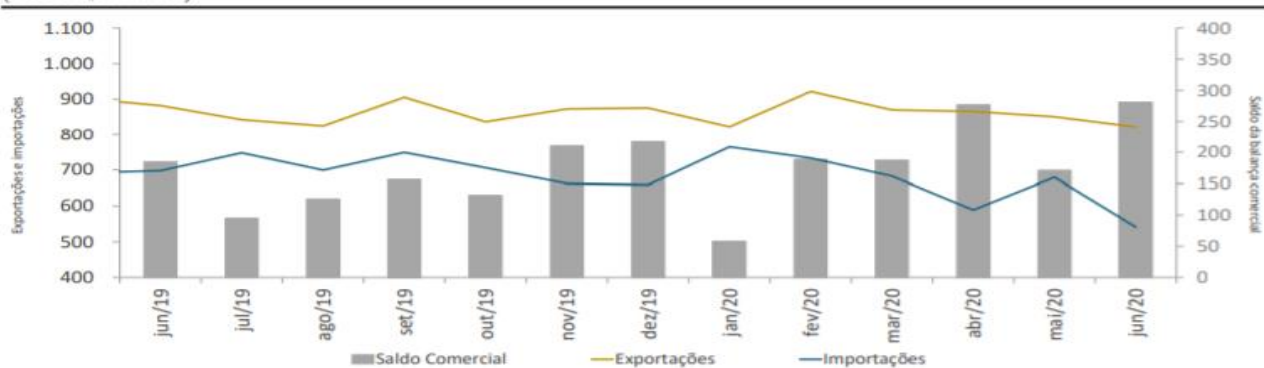
A taxa efetiva real de câmbio (TERC) sofreu uma desvalorização menor que a observada na taxa nominal. Entre junho do ano passado e junho deste ano, enquanto a taxa de câmbio nominal real/dólar desvalorizou-se 34%, a TERC ponderada pelas exportações e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por exemplo, sofreu uma desvalorização de 29%.

Os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 sobre a economia mundial e brasileira se traduziram em grandes modificações na estrutura do balanço de pagamentos do Brasil entre os primeiros semestres de 2019 e 2020. **O déficit de transações correntes, como proporção do produto interno bruto (PIB), caiu de 2,3% para 1,4%.**

A redução tanto das exportações quanto das importações de bens resultou numa queda do superávit comercial. Simultaneamente, o déficit da conta de serviços também se reduziu, o mesmo acontecendo com a renda primária. Pelo lado da conta financeira, o ingresso líquido de recursos, excluída a variação de reservas, caiu US\$ 17 bilhões para US\$ 8,1 bilhões, uma variação de US\$ 25,1 bilhões.

Gráfico 3 – Comércio Exterior: Médias diárias dessazonalizadas

Comércio exterior: médias diárias dessazonalizadas
(Em US\$ milhões)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Secex/ME).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Os dados de junho são até a terceira semana do mês.

2.4 Mercado de Trabalho

Os indicadores do mercado de trabalho referentes a semana de 19 a 25 de julho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19⁶, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 12ª semana da pesquisa –apresentaram relativa estabilidade em comparação com as semanas anteriores.

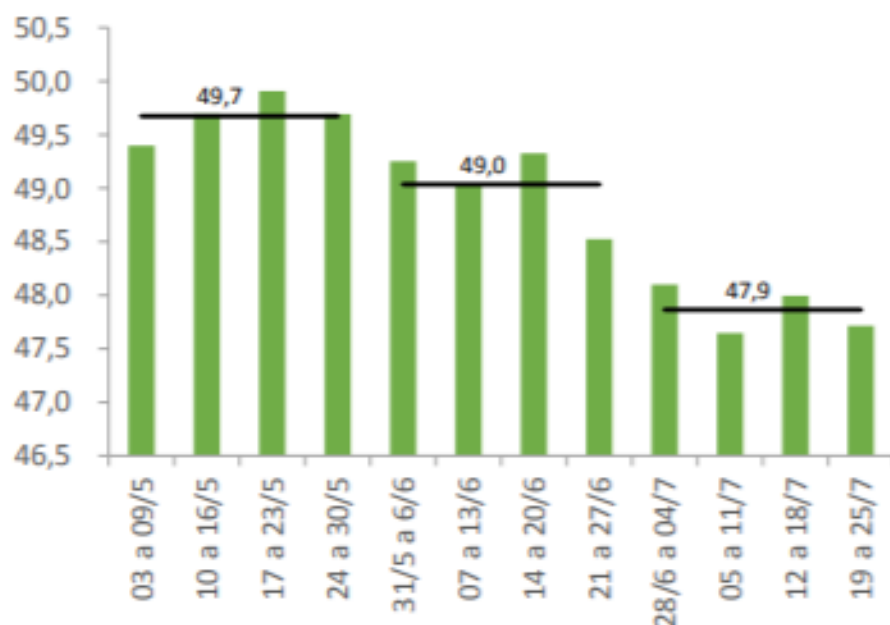
O quadro adverso causado pela pandemia do SARS-CoV-2 continuou a ser caracterizado por baixos níveis de ocupação e participação na força de trabalho, elevada taxa de desocupação e grande contingente de pessoas temporariamente afastadas do trabalho devido ao distanciamento social.

Apesar de os indicadores econômicos mais recentes apontarem para uma recuperação mais rápida da atividade do que a prevista inicialmente, os efeitos adversos da crise no mercado de trabalho tendem a persistir durante algum tempo. Evidentemente, na medida em que a evolução da Covid-19 permita a continuidade do processo de retorno gradual a algum tipo de normalidade no funcionamento das atividades econômicas no Brasil, parece razoável esperar que as condições do mercado de trabalho voltem a melhorar aos poucos. É difícil, porém, prever durante quanto tempo a difícil situação do mercado de trabalho perdurará. É certo que o quadro socioeconômico continuará apresentando enormes desafios para as autoridades econômicas ao longo dos próximos meses.

Diante das restrições impostas pela precariedade das contas públicas no país, as autoridades econômicas deverão buscar um ritmo adequado de transição das medidas excepcionais de política voltadas para a preservação de empregos, renda e produção – que têm se revelado fundamentais para atenuar os impactos econômicos e sociais da crise – para um regime de política que continue a prover assistência aos mais necessitados, mas seja fiscalmente sustentável.

⁶ https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200814_cc48_pnad_covid.pdf. Acesso 17/08/2020

Gráfico 4 – Nível da Ocupação (valores semanais e média mensal, em %)



Fonte: PNAD Covid-19/IBGE. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA – COVID-19⁷

3.1 Novo Regime Fiscal

Novo Regime Fiscal (referente à imposição de regras limitadoras das despesas primárias da União), e agora passou a dispor da EC no 106/2020, que dispõe sobre regras de flexibilização temporária da governança fiscal, conforme demonstrado na figura abaixo.

Regras de governança fiscal instituídas, modificadas ou flexibilizadas no âmbito do Estado de Calamidade Pública

EC nº 95/2016	<ul style="list-style-type: none">• Regra de expansão das despesas primárias dos poderes da União.
LCP nº 101/2000	<ul style="list-style-type: none">• Metas de resultados fiscais da União.• Limites e condições para contratação e aditamento de operações de crédito e para contratos firmados entre entes federados.• Requerimento de adequação orçamentária para aumento de despesas ou renúncias tributárias.
EC nº 106/2020	<ul style="list-style-type: none">• Dispensa exigibilidade de cumprimento da regra de ouro.• Institui o regime simplificado de contratação de pessoal e de compras governamentais.• Autoriza o Banco Central a comprar títulos públicos e privados no mercado secundário.

Garantia de emprego e renda mínima aos trabalhadores; política de apoio ao setor empresarial; e política de suporte fiscal aos entes federativos.

⁷ IPEA – Textos para discussão. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2576.pdf. Acesso 17/08/2020

Novo Regime Fiscal

Medidas de político fiscal

Principais eixos medidas de política econômica com repercussão fiscal direta sobre o caixa do Tesouro.

Política de garantia de emprego e renda mínima aos trabalhadores com relação formal de emprego e aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Política de apoio ao setor empresarial mediante tributação e operações de crédito e concessão de garantias (cobertura de riscos).

Política de suporte fiscal aos entes federativos mediante renegociação de dívidas e transferências financeiras extraordinárias.

Tabela 6- Estimativa de gastos da União com Covid - 19

Medidas de Política Fiscal	Valor Estimado para Gastos em 2020 (Em R\$ bilhões)
Auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade	R\$ 152,64
Auxílio financeiro aos entes federados ¹	R\$ 76,19
Benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda	R\$ 51,64
Despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios	R\$ 49,88
Cotas de fundos garantidores de operações de crédito	R\$ 35,90
Concessão de financiamento para pagamento de folha salarial	R\$ 34,00
Ampliação do programa Bolsa Família	R\$ 3,04
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	R\$ 0,90
Total	R\$ 404,50

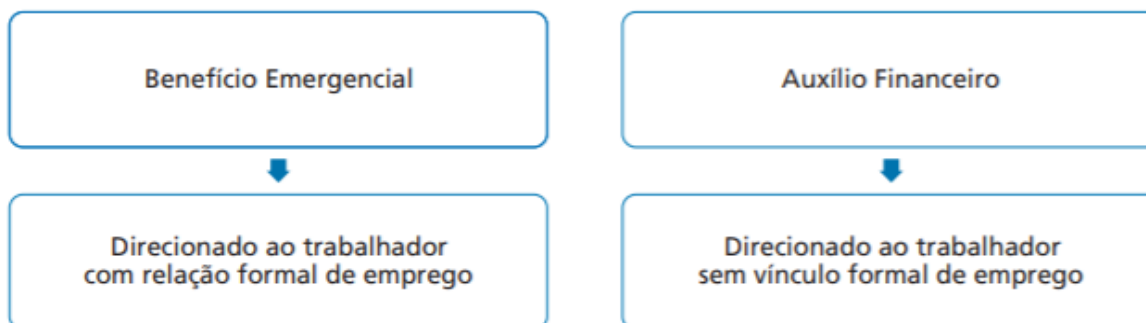
Fonte: Tesouro nacional Transparente. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>
Elaboração do autor.

¹ Inclusive complementação ao FPE e a FPM.

3.2 Política de Garantia de Emprego e Renda Mínima aos Trabalhadores

O governo federal adotou um conjunto de medidas de política econômica desenhadas com o propósito de garantir emprego e renda mínima aos trabalhadores. Os dois eixos fundamentais neste segmento da política pública foram o benefício emergencial direcionado aos trabalhadores com emprego formal e o auxílio emergencial orientado aos trabalhadores sem vínculo formal de emprego.

Medidas de garantia de emprego e renda mínima ao trabalhador



Política de apoio ao setor empresarial: tributação e crédito

Programa	Tipo de Operação	Setor Empresarial Focalizado	
		Setor	Critério de Classificação
Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	Oferta de Crédito	Empresas de Pequeno e de Médio Porte	Faturamento bruto anual superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 10 milhões
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe	Concessão de Garantias	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões de reais
Programa Emergencial de Acesso ao Crédito - PEAC	Concessão de Garantias	Empresas de Pequeno e de Médio Porte	Faturamento bruto anual superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 300 milhões

Política de suporte fiscal aos entes federativos

Principais medidas de política econômica de natureza fiscal federativa

Concessão de apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios mediante complementação aos FPE e FPM.

Suspensão temporária de pagamentos das dívidas contratadas entre, de um lado, a União, e de outro, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.¹

Suspensão temporária do pagamento das dívidas dos Municípios com a Previdência Social.

Reestruturação das operações de crédito junto as instituições do sistema financeiro e organizações multilaterais de crédito.

Concessão temporária de auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Política econômica: provisão de liquidez e liberação de capital

Liquidez	<ul style="list-style-type: none">• Redução da alíquota do compulsório sobre depósitos a prazo.• Ampliação da parcela do compulsório sobre depósitos a prazo admitida na apuração do índice de liquidez de curto prazo (LCR).• Readequação das normas de captação bancária para admitir emissão de Depósitos a Prazo com Garantias Especiais.• Instituição de linha de liquidez operacionalizada através de empréstimo, ofertada pelo BCB aos bancos, com garantias em títulos de dívida corporativa (debêntures).• Instituição de linha de liquidez operacionalizada por empréstimo, ofertada pelo BCB aos bancos, com garantia em carteiras de crédito dessas instituições.
Capital	<ul style="list-style-type: none">• Redução do adicional contracíclico do capital principal ACCP.• Prorroga a autorização para que bancos deixem de deduzir so seu capital regulatório os créditos tributários de prejuízos fiscais (CTPS).• Redução do requerimento de capital referente a operações de crédito às empresas de pequeno e médio porte.

Tabela 7 – Estimativa de impacto potencial das medidas coordenadas pelo BCB

(Em R\$ trilhões)

Medidas de Política Coordenadas pelo BCB	Valor Estimado para o Impacto Potencial (Em R\$ trilhões)
Medidas relacionadas à provisão de liquidez	R\$ 1,274
Medidas relacionadas à liberalização de capital	R\$ 1,221
Total	R\$ 2,495

Fonte: BCB

As medidas de política econômica adotadas envolveram um conjunto de mudanças institucionais orientadas à criação de condições de governança fiscal adequadas ao uso de instrumentos necessários ao enfrentamento da crise de saúde pública e seus desdobramentos sobre a economia.

Foi mobilizado um rol diversificado de instrumentos de política fiscal e monetária de natureza extraordinária e orientados ao alcance de múltiplos objetivos. Os eixos fundamentais que organizam a estratégia de política econômica extraordinária são:

- ✓ A garantia de renda mínima a trabalhadores com relação formal de emprego e à população em situação de vulnerabilidade;
- ✓ A repactuação de dívidas e a instituição de transferências fiscais aos estados e municípios de modo a manter suas capacidades de pagamento de compromissos financeiros;
- ✓ A oferta de crédito subsidiado ao setor empresarial mediante bancos públicos;
- ✓ A instituição de mecanismos de renúncia tributação orientados ao suporte das atividades empresariais; a provisão de liquidez ao sistema financeiro; e
- ✓ A liberação de capital regulatório das instituições financeiras.

O cenário impõe a necessidade de definição de uma estratégia de financiamento do setor público capaz de manter a execução das medidas de política fiscal – notadamente as orientadas ao financiamento das políticas de saúde e assistência social, de sustentação do nível de emprego e renda, e de suporte aos entes federativos subnacionais – e a gestão sustentável da dívida pública numa perspectiva de longo prazo.

A estratégia deve ser capaz de articular as medidas extraordinárias de curto prazo com a agenda de longo prazo relacionada as condições de retomada e sustentação do crescimento econômico. Esta agenda demanda reflexão sobre a composição do gasto público, em especial o espaço reservado aos investimentos governamentais, o perfil do sistema tributário, em especial as renúncias e a regressividade tributária, e a própria configuração do arranjo institucional de governança fiscal adotado no Brasil, inclusive quanto ao mecanismo de governança referente ao atual mecanismo de controle da expansão dos gastos públicos. Políticas fiscais ativas e anticíclicas podem ser conjugadas com sistemas de governança fiscal orientados à sustentabilidade da dívida pública no longo prazo.

Uma agenda de pesquisa aplicada deverá responder sobre os termos e condições necessários à manutenção das medidas extraordinárias de política econômica e à adoção de novas medidas capazes de constituir uma estrutura de incentivo à retomada dos investimentos e do crescimento econômico orientado à inclusão e ao bem-estar social.

Também é importante monitorar os procedimentos de implementação, os processos de mobilização dos recursos orçamentários e financeiros, e os impactos econômicos e sociais decorrentes das medidas de política vis-à-vis os objetivos declarados e as possíveis repercussões não antecipadas.

Igualmente relevante é a análise dos efeitos redistributivos decorrente da operacionalização de instrumentos de política pública que sustentam a atual estratégia de atuação do Estado, de modo a promover em tempo oportuno os ajustes necessários e a retomada do crescimento em bases socialmente sustentáveis.

4. BRASIL – PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS 2020-2021⁸

Sob a hipótese de que o processo de flexibilização gradual das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas iniciado em junho irá se manter, projeta-se uma queda do PIB de 10,5% no segundo trimestre, seguida por uma recuperação no terceiro e quarto trimestres. O fato de a queda em abril ter sido profunda, seguida por um crescimento na margem em maio e junho, garante um carry-over importante para o terceiro trimestre. A queda projetada para o ano é de 6%, mas a trajetória de recuperação no segundo semestre deixará um carry-over de quase **2% para 2021, cujo crescimento projetado é de 3,6%**

Tabela 8 – Projeções: taxa de crescimento do PIB e de seus componentes

(Em %)

	Observado				Previsto			
	2018	2019	2019-T4	2020-T1	2020-T2		2020	2021
			Trim. ano anterior	Trim. ano anterior	Trim. ano anterior	No trim., dessazonalizado ¹		
PIB	1.3	1.1	1.7	-0.3	-11.0	-10.5	-6.0	3.6
Agropecuária	1.4	1.3	0.4	1.9	2.5	1.1	2.0	2.0
Indústria	0.5	0.5	1.5	-0.1	-14.3	-13.8	-7.3	4.0
Serviços	1.5	1.3	1.6	-0.5	-10.7	-10.1	-5.8	3.7
Consumo das Famílias	2.1	1.8	2.1	-0.7	-12.0	-11.2	-6.9	3.8
Consumo do Governo	0.4	-0.4	0.3	0.0	-0.5	-0.8	-0.3	0.0
FBCF	3.9	2.2	-0.4	4.3	-17.3	-18.7	-9.7	6.8
Exportações de bens e serviços	4.0	-2.5	-5.1	-2.2	-11.8	-10.9	-6.4	4.0
Importações de bens e serviços	8.3	1.1	-0.2	5.1	-13.3	-14.9	-6.5	4.3

Fonte: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Para 2021, projeta-se uma aceleração da inflação devido à recuperação da atividade econômica e à redução da folga no mercado de trabalho. O espaço para recompor margens tende a aumentar, especialmente nos setores mais expostos à influência da taxa de câmbio. Os preços monitorados devem passar por uma recomposição, em especial combustíveis e energia elétrica, de modo que sua contribuição para a inflação do ano será de 1,0 p.p., ante 0,1 p.p. em 2019.

⁸ Carta da Conjuntura nº 47 – 2º Trimestre 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200630_cc_47_visao_geral.pdf. Acesso 17/08/2020

Tabela 9 – Previsões de inflação para 2020 e 2021

(Em % e pontos percentuais)

	Peso atual (em %)	2020		2021	
		Previsão da taxa de variação (em %)	Contribuição para o IPCA (em p.p.)	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA (em p.p.)
Bens Livres - Alimentos	13,6	3,0	0,4	3,5	0,5
Bens Livres - Ex Alimentos	23,1	1,0	0,2	2,0	0,7
Serviços (ex-educação)	32,5	2,0	0,7	3,0	0,7
Educação	4,7	5,0	0,2	5,2	0,2
Monitorados	26,0	1,2	0,3	4,0	1,0
IPCA	100,0		1,8%		3,1%

Fonte: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

5. CONJUNTURA ECONÔMICA REGIÃO NORDESTE⁹

O BNB/ETENE estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil decrescerá 5,6% em 2020, ante +1,1% em 2019. A queda brusca em relação ao ano anterior deve-se, em parte, as medidas de isolamento social e paralisação de atividades econômicas, por conta da pandemia do novo Coronavírus. Especificamente em relação ao Nordeste, a estimativa de queda do PIB é de 8,1% em 2020, em comparação com -0,5% no ano passado. Seguem as previsões para as demais regiões do País no corrente ano: Sul (-5,6%) deverá registrar redução do PIB igual à média nacional em 2020, enquanto o desempenho do Centro-Oeste (-5,2%), Sudeste (-5,1%) e Norte (-5,0%) deverão cair, mas permanecerão pouco acima média nacional. As projeções são do ETENE/LCA Consultoria, conforme detalhado na Tabela abaixo:

Tabela 10 - Variação (%) do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e Regiões

Região	2015	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽²⁾	2021 ⁽²⁾
Norte	-2,6	-4,6	3,8	3,6	2,9	-5,0	3,6
Nordeste	-3,4	-4,5	1,6	1,7	-0,5	-8,1	3,1
Sudeste	-3,8	-3,2	0,2	1,0	1,6	-5,1	3,3
Sul	-4,1	-2,4	2,4	2,1	0,9	-5,6	3,3
Centro-Oeste	-2,1	-2,6	3,9	0,0	0,4	-5,2	2,4
Brasil	-3,5	-3,3	1,3	1,3	1,1	-5,6	3,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Notas: (1) Estimativa. (2) Projeções

Em termos nacionais, cabe destacar a expansão da safra nacional de grãos, que deverá totalizar 247,4 milhões de toneladas, devendo ultrapassar em 2,5% a obtida em 2019, que somou 241,5 milhões de toneladas, representando, assim, incremento de 5,9 milhões de toneladas. As estimativas para a safra 2020 apontam para uma produção nacional recorde de grãos desde o início da série em 2007. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁹ DEE – Diário Econômico ETENE -Ano III - Nº 105 - 04.08.202. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/7588298/2020_DEE_105.pdf/53604bae-44f7-fd67-0b4b-6b567804e204. Acesso 17/08/2020

Conjuntura Econômica Região Nordeste

Especificamente em relação ao Nordeste, deverá ocorrer incremento de 14,3% na safra de grãos dessa Região em 2020. Cabe mencionar ainda a expansão da produção regional de importantes culturas, a exemplo do milho (+23,7%), feijão (+20,2%), soja (+10,5%), arroz (+7,0%) e amendoim (+4,2%). Além disso, as produções de fumo (+17,8%), cacau (+16,2%), café (12,1%), castanha de caju (+7,9%), cana-de-açúcar (+6,1%) e batata (+0,1%) deverão crescer, conforme o IBGE.

A produção industrial nacional caiu -11,2% no acumulado de janeiro a maio de 2020. A perda de ritmo foi devida ao declínio da indústria extrativa (-3,1%), e especialmente em função do tombo na indústria de transformação (-12,3%), de acordo com os dados especificados na Tabela a seguir. o desempenho da indústria segue negativo no Nordeste, considerando que a produção industrial caiu -8,8% no acumulado de janeiro a maio de 2020, com queda expressiva na indústria extrativa (-12,6%), além de recuo na indústria de transformação (-8,5%). Todos os cinco Estados na área de atuação do Banco do Nordeste, pesquisados pelo IBGE, registraram desempenhos negativos na Indústria geral: Pernambuco (-4,7%), Bahia (-5,9%), Minas Gerais (-12,1%), Espírito Santo (-18,5%) e Ceará (-21,8%).

Tabela 11 - Variação (%) da produção física industrial

Região/Estado/País	Variação Acumulada em 2020 - Janeiro a Maio		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
Nordeste	-8,8	-12,6	-8,5
Ceará	-21,8	n.d.	-21,8
Pernambuco	-4,7	n.d.	-4,7
Bahia	-5,9	-10,7	-5,6
Minas Gerais	-12,1	-20,4	-10,0
Espírito Santo	-18,5	-26,1	-11,7
Brasil	-11,2	-3,1	-12,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O volume de vendas do varejo restrito no País retrocedeu -3,9% nos cinco primeiros meses de 2020, enquanto o varejo ampliado teve queda de -8,6% nessa mesma base de comparação. O volume de serviços também obteve expressiva retração no País, ou seja, -7,6% no período em análise, conforme o IBGE (Tabela 12).

Conjuntura Econômica Região Nordeste

Quanto ao comércio, todos os Estados sob a área de atuação do Banco do Nordeste registraram retrações nos cinco primeiros meses de 2020: Paraíba (-0,5%), Minas Gerais (-3,2%), Espírito Santo (4,0%), Maranhão (-6,4%), Pernambuco (-8,0%), Piauí (-8,2%), Rio Grande do Norte (-8,3%), Alagoas (10,1%), Sergipe (-10,1%), Bahia (-11,1%) e Ceará (-17,8%). No ampliado, cabe mencionar que todos os estados também sofreram retração: Minas Gerais (-4,8%), Espírito Santo (-5,9%), Paraíba (-6,2%), Alagoas (-10,1%), Maranhão (-11,4%), Rio Grande do Norte (-11,4%), Pernambuco (-12,5%), Sergipe (14,0%), Bahia (-15,3%), Ceará (-15,8%) e Piauí (-16,1%).

Em relação aos serviços, uma das áreas fortemente impactadas pela pandemia, as retrações nos Estados foram ainda mais expressivas no acumulado dos cinco primeiros meses de 2020: Maranhão (-6,6%), Espírito Santo (-6,9%), Minas Gerais (-7,8%), Paraíba (-8,8%), Pernambuco (-11,4%), Ceará (-11,9%), Sergipe (-12,0%), Rio Grande do Norte (-12,8%), Alagoas (-15,0%), Bahia (-15,3%) e Piauí (-15,6%), de acordo com os dados do IBGE.

Tabela 12 - Variação (%) do volume de vendas do varejo e dos serviços

Estados Selecionados/País	Variação Acumulada em 2020 - Janeiro a Maio		
	Varejo		Serviços
	Restrito ⁽¹⁾	Ampliado ⁽²⁾	
Maranhão	-6,4	-11,4	-6,6
Piauí	-8,2	-16,1	-15,6
Ceará	-17,8	-15,8	-11,9
Rio Grande do Norte	-8,3	-11,4	-12,8
Paraíba	-0,5	-6,2	-8,8
Pernambuco	-8,0	-12,5	-11,4
Alagoas	-10,1	-10,1	-15,0
Sergipe	-10,8	-14,0	-12,0
Bahia	-11,1	-15,3	-15,3
Minas Gerais	-3,2	-4,8	-7,8
Espírito Santo	-4,0	-5,9	-6,9
Brasil	-3,9	-8,6	-7,6

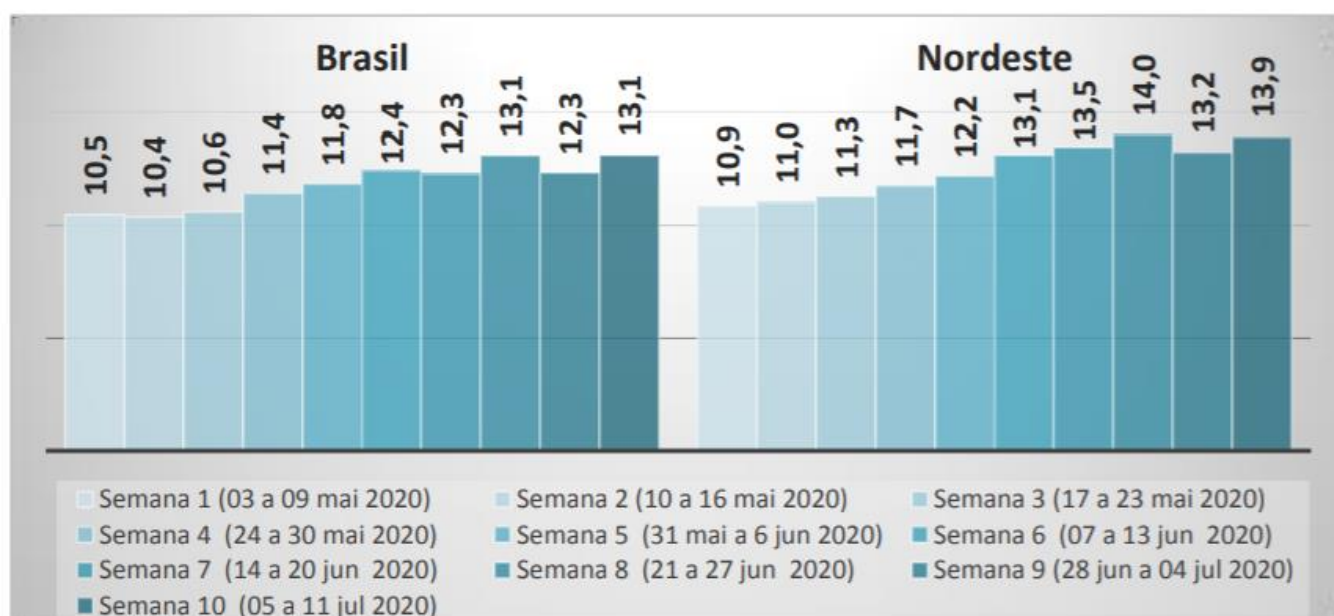
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Conjuntura Econômica Região Nordeste

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED, as demissões no Brasil superaram as contratações com carteira assinada em 1.198.363 postos de trabalho, no primeiro semestre de 2020. Foram 7.916.639 desligamentos e 6.718.276 contratações. O resultado do saldo negativo no acumulado de janeiro a junho é o pior desde os últimos 10 anos.

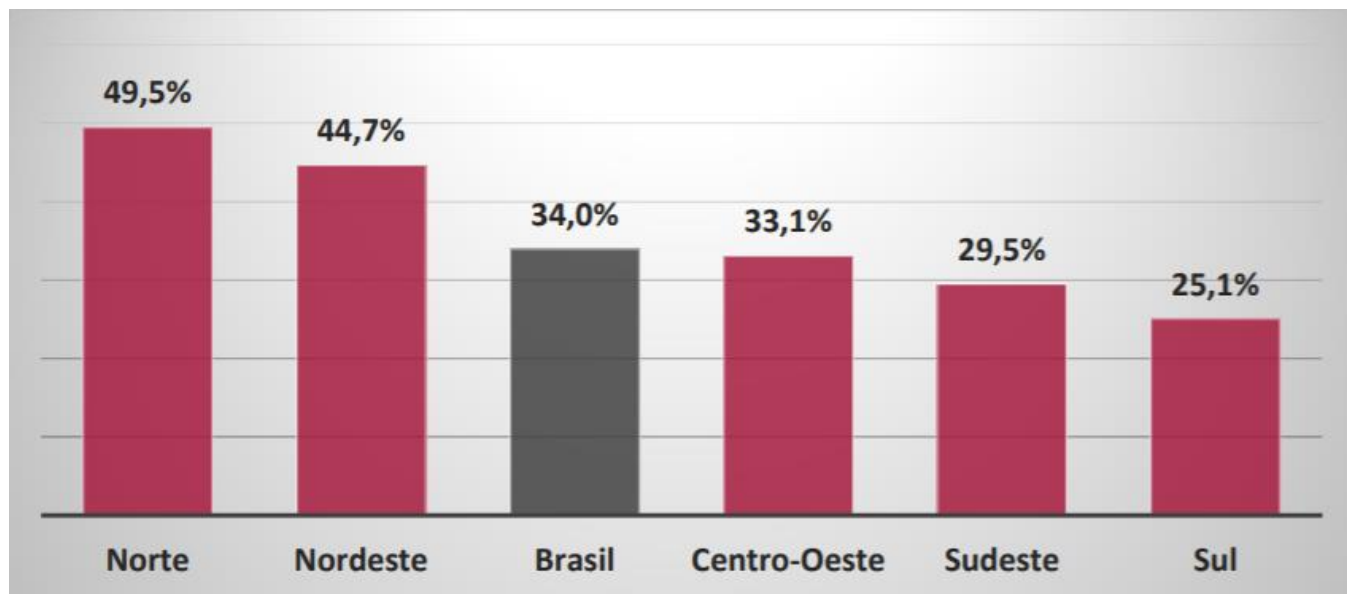
Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste obteve o segundo saldo mais desfavorável entre as Regiões do Brasil, com redução de -258.882 empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2020, com 809.879 admitidos e 1.068.761 desligados. Todos os cinco grupos das atividades econômicas registraram saldo negativo no acumulado do primeiro semestre de 2020. Além da Indústria Geral (81.035), Comércio (-71.746), Serviços (-71.071) e a Agropecuária (-13.672) também tiveram significativas perdas de emprego formal. A Construção civil (21.358) foi o único grupo laboral a apresentar incremento no número de vagas no primeiro semestre de 2020.

Gráfico 4 - Brasil e Nordeste: Taxa de Desocupação na semana de referência (%)



Fonte: Elaboração pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 5 - Brasil e Regiões: - Taxa de Informalidade (%) na semana de referência



Fonte: Elaboração pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

5.1 Perspectivas para a região Nordeste pós pandemia – Consórcio Nordeste¹⁰

Lançado março deste ano, o Consórcio Nordeste, como é conhecido, é uma parceria entre os governadores da região que tem como objetivo tratar de comércio de bens e serviços e assuntos de interesse comum. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, tem realizado trocas de serviços como saúde, educação e segurança pública entre os estados da região. Também diante da pandemia, o Consórcio criou o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, que tem realizado pesquisas para a elaboração de políticas públicas condizentes com a realidade dos estados da região.

Principais características do Consórcio Nordeste

Objetivos:

- Desenvolver políticas públicas em conjunto;
- Tornar o processo de cooperação entre Estados mais eficiente;
- Atrair investimentos internos e externos;
- Integrar infraestrutura regional;
- Melhorar condições de exportação dos produtos da região;
- Realizar compras de produtos e serviços em maior escala e a menor preço;
- Buscar parcerias público-privadas com mediação estratégica dos Estados;
- Enfrentar o desequilíbrio fiscal com soluções integradas;
- Compartilhar as experiências de políticas públicas exitosas na região;
- Fazer parcerias nas áreas de educação e segurança pública;
- Explorar a localização geográfica estratégica da região;
- Criar fundos para facilitar financiamentos e obtenção de recursos.

Parceria com o setor privado:

- Energia: indústria de geração e distribuição de energia, principalmente eólica e solar;
- Turismo: viabilizar projetos de turismo integrados e facilitar o acesso de turistas internacionais via aeroportos e portos;
- Mineração: desenvolver infraestrutura eficiente para mineração, como conexões entre ferrovias e portos.

¹⁰ <https://iree.org.br/consorcio-nordeste-entenda-o-que-e-a-iniciativa/>. Acesso 17/08/20

Pactos Possíveis via Consórcio Nordeste segunda Professora Tânia Bacelar:¹¹

- Ele vem após essa guerra fiscal, cuja lógica era: cada um por si! E o consórcio vem com a lógica da cooperação. Está retomando a ideia de Nordeste, que havia esmaecido ao longo período de guerra fiscal. Primeiro a prática da ideia do compartilhamento...;
- Essa ideia de compartilhar é muito fértil.. o campo é amplo...Exemplo: por que não compartilhar projetos estratégicos? A pergunta seguinte seria: quais são projetos que unem o Nordeste? Considero que essa é uma pergunta muito importante para o Consórcio fazer... E que a criação do Comitê Científico, no auge da pandemia, foi inovadora e um exemplo que responde a essa pergunta;
- O Comitê Científico articulou recentemente os artistas nordestinos, numa live solidária para arrecadar recursos e financiar iniciativa estratégica de atenção primária à saúde... Quem conhece as periferias urbanas e as pequenas localidades rurais e urbanas do Nordeste sabe da importância da atenção primária... O Consórcio pode ir longe... e com os pés no chão e usando as novas tecnologias a favor da vida: criou um aplicativo MONITORA COVID que ajuda a localizar pessoas infectadas e orientá-las, além de isolá-las...;
- O Polo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, por exemplo, colocou seus produtores para fazer máscara – muito boa e barata – em um momento onde todo mundo precisa usar máscara. Quer outro exemplo? O polo agroindustrial da zona da mata foi capaz de produzir álcool em gel e álcool 70 em um local onde se produzia açúcar e álcool combustível... Então eles fizeram a conversão rápida da situação e o Nordeste deu exemplo, onde essa sinergia vinda do Consórcio Nordeste;
- Quando se observa a agenda inicial do Consórcio Nordeste vê-se que ela inclui a energia renovável. Nesse contexto, os governadores se muniram dos mapas do sol e do vento e colocaram essa prioridade na agenda do Nordeste do futuro, lembrando que também é preciso trazer para nossa região a indústria dos equipamentos que permitem produzir esse tipo de energia (senão, a indústria fica fora da região...);
- Governadores colocaram, acertadamente em primeiro lugar a infraestrutura de telecomunicações. é o chamado “Cinturão digital do Nordeste”, que teve como inspiração o “Cinturão Digital do Ceará”, que vinha avançando nessa direção : priorizar a infraestrutura estratégica do século XXI, que a infraestrutura de telecomunicações, num mundo no qual, além de pessoas e mercadorias (pelas infraestruturas tradicionais), circula crescentemente a informação, a imagem.. (pela rede de telecomunicações);

¹¹ <http://revistanordeste.com.br/professora-tania-bacellar-analisa-o-cenario-politico-e-economico-atual-sob-a-otica-de-celso-furtado-cujo-centenario-e-celebrado-no-domingo/>. Acesso 17/08/2020

- O Nordeste tem dado exemplos muito estimulantes quando se fala de provedores locais. Se você considera os pequenos e médios provedores do Brasil, vamos conseguir enxergar que a presença do Nordeste é muito constante. São pequenas e médias empresas, muito bem estruturadas, oferecendo esse serviço: distribuindo a acessibilidade a essas novas tecnologias. E quem não tiver acesso a elas, dificilmente vai se inserir na vida produtiva do século XXI, ou terá acesso à educação, à cultura... Portanto, essa é uma agenda contemporânea, e os governadores estão dando visibilidade a ela;
- Outra pauta importante é o Plano de Macrologística. Os Planos Estaduais de Desenvolvimento da Infraestrutura tratam do planejamento estratégico integrado da infraestrutura logística, de energia, de telecom e informática, de capacitação humana e de segurança hídrica dos estados. O trabalho tem o objetivo de identificar as potencialidades e vantagens comparativas de cada estado, que deverão nortear um Plano de Desenvolvimento Industrial voltado as Cadeias Produtivas locais com maior potencial de verticalização e ganhos econômicos e de competitividade, suportado pelo planejamento integrado das demais áreas da infraestrutura. O Plano Estadual de Desenvolvimento já foi desenvolvido pela Macrologística nos estados do Maranhão, Paraíba e Rondônia, tendo resultado em uma valiosa ferramenta para o planejamento governamental para cada estado;
- Apoio à produção de alimentos saudáveis, com destaque a produção familiar, a valorização do complexo industrial da saúde... São prioridades evidentes no pós pandemia...;
- Interessante na agenda do Consórcio é a busca por novas estratégias, modelos e fontes de financiamento. E será preciso discutir esse tema, pois a economia do século XXI é diferente da do século XX, e os modelos de financiamento não serão os mesmos;
- Há que se priorizar a agenda da educação. Não vejo ainda esta prioridade na agenda do Consórcio. Isso não pode ficar de fora da pauta, os governadores têm que priorizar essa agenda.

6. CENÁRIO E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BAIANA¹²

Os sinais de aceleração da economia baiana verificados pelo IBGE em junho indicam que a retomada ainda é muito focada em artigos essenciais e dependente do auxílio emergencial concedido pelo governo federal após o início da pandemia. As pesquisas mensais do IBGE mostraram melhora nos três grandes setores da economia pesquisados pelo instituto — indústria, comércio e serviço —, mas a evolução se dá sobre uma base de comparação muito baixa.

A produção física da indústria geral (transformação e extrativa) cresceu 0,6% em junho, na comparação com o mês de maio. O setor apresentou a segunda alta consecutiva, em maio havia registrado aumento de 6,9%. O avanço ocorreu na maioria dos segmentos industriais, na série ajustada sazonalmente, com exceção dos segmentos de alimentos e de derivados de petróleo que já vinham crescendo antes da pandemia. Estes resultados ainda não conseguiram reverter a queda de 27,4% do bimestre março-abril, primeiros meses de distanciamento social para controle da pandemia de Covid-19.

O comércio varejista no estado baiano registrou em junho variação positiva de 7,0%, segunda taxa positiva consecutiva na análise sazonal. Na comparação com igual mês do ano anterior marcou queda de 12,6%. No semestre, a taxa do volume de negócios foi negativa em 11,3%. O segmento de Hipermercados e supermercados cresceu pelo quarto mês consecutivo sendo o único segmento a registrar expansão no comércio varejista em 2020. O setor de serviços, principal motor do PIB baiano, reforça as dúvidas sobre o ritmo de recuperação. Mesmo com crescimento de 3,7% em relação a maio, o volume de serviços ainda está longe de retornar aos níveis do início do ano após as fortes quedas de março e abril. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) lembra que a recuperação desse setor tem forte influência sobre o emprego e a renda do baiano.

As exportações do agronegócio baiano permanecem a pleno vapor e renderam, em julho, US\$ 365,8 milhões, um aumento de quase 64% em relação ao mesmo mês do ano passado. O valor é resultado do crescimento de 121,2% nos volumes embarcados, ou seja, mais que o dobro em igual período do ano anterior. A limitação se deu na redução de 26% nos preços médios dos produtos, motivados pela pandemia. Mesmo assim, o setor foi responsável por mais da metade de todas as vendas externas da Bahia no mês (56%). A combinação “soja e China” continuam a ser o fator preponderante para os bons números das exportações. Também houve desempenho positivo das vendas externas do setor de papel e celulose, que voltou a registrar crescimento em julho, derivados de cacau, café e frutas, dentre outros.

¹² Conjuntura da Bahia – 10 a 16/08/2020). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_semanais/pdf/bcb/BCB_Semanal_10_a_16_08_2020.pdf. Acesso 17/08/2020

Tabela 13– Perspectivas de Curto Prazo – Bahia – 2020

Principais Indicadores	Resultado observado (%)			Projeção 2020(1) (%)				
	Mensal	Ano	12 Meses	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Tendência
Indústria (jun.)	-14,4	-7,3	-5,6	-10,4	-8,7	-6,8		
Comércio (jun.)	-12,6	-11,3	-3,6	-10,6	-9,1	-8,2		
Serviços (jun.)	-23,1	-16,5	-9,9	-14,9	-12,6	-15,8		
Agricultura (jul)(2)	15,1				15,1	15,1	15,1	
Exportações (jul.)	1,0	-5,0	-10,6		2,0	-13,0	-4,0	
Importações (jul.)	-66,0	-37,3	-34,8		-40,0	-28,0	-26,0	
ICMS (jun.)(3)	-11,8	-5,1	-2,4	-12,6	-14,2	-13,0		
FPE (jul.)(3)	-0,9	-6,0	0,2		-2,1	-15,3	-5,7	

Fonte: SEI – Governo do Estado da Bahia

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA 2035

Secretaria de Planejamento – Governo do Estado da Bahia¹³

Desafios para o desenvolvimento

- ✓ Baixa participação na economia nacional (4,1% do PIB Brasil, em 2015);
- ✓ Semiárido (70% do estado) ainda pouco aproveitado e dinâmico;
- ✓ Poucas cidades médias, apenas três municípios dos 417 tem mais de 300 mil habitantes;
- ✓ Atividade econômica dependente de mercados externos;
- ✓ Infraestrutura de baixa qualidade Modal mais utilizado no estado é o rodoviário;
- ✓ Racismo Estrutural;
- ✓ Concentração Fundiária;
- ✓ Pobreza Estrutural;
- ✓ Estrutura produtiva concentrada, espacial e setorialmente, em poucos territórios de identidade;
- ✓ Administração Pública como principal atividade econômica;
- ✓ Baixo fluxo de mercadorias e qualificação do mercado de trabalho;
- ✓ Baixa capacidade de financiamento dos municípios;
- ✓ 52% do PIB concentrado em 10 municípios (em 2015);
- ✓ Baixa densidade de empresas médias;
- ✓ Rede de Cidades desarticuladas.

Oportunidades

- ✓ Espaço para diversificação industrial;
- ✓ Uso de tecnologias nos Serviços Públicos;
- ✓ Diversidade cultural e de recursos naturais;
- ✓ Inovação tecnológica com base nas cadeias locais;
- ✓ Formação de investidores médios locais;
- ✓ Novos formatos de fomento e financiamento.

¹³ http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/apresentacoes/Apresentacao_PDI.pdf. Acesso 17/08/2020

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA 2035

Alguns objetivos prioritários no campo social

- ✓ Desenvolvimento da agricultura familiar;
- ✓ Saneamento e saúde nos espaços rurais e periferias das cidades;
- ✓ Educação contextualizada regional e globalmente;
- ✓ Expansão e desenvolvimento da economia solidária
- ✓ Expansão da economia da saúde e educação nas cidades médias;
- ✓ Escola como espaço de capacitação e convivência comunitária;
- ✓ Combater ao racismo, a desigualdade de gênero e todas as formas de discriminação;
- ✓ Promover cidades médias, fortalecendo integração em redes;
- ✓ Dinamizar agricultura familiar com integração a cadeias produtivas.

Alguns objetivos prioritários no campo econômico

- ✓ Fortalecimento da base científica e tecnológica;
- ✓ Ampliação e fortalecimento de cidades médias;
- ✓ Integração e qualificação de cadeias produtivas locais;
- ✓ Qualificação e reestruturação do turismo;
- ✓ Potencialização, dinamização e democratização da cultura;
- ✓ Recuperação da Região Cacaueira;
- ✓ Expansão da mineração;
- ✓ Ampliação da diversificação matriz energética do estado;
- ✓ Revitalização do Rio São Francisco para o consumo, navegação e produção.

8. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU¹⁴

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁵ definem as prioridades e aspirações de desenvolvimento sustentável global para 2030, e buscam mobilizar os esforços globais ao redor de uma série comum de objetivos e metas. Os ODS exigem uma ação mundial entre os governos, as empresas e a sociedade civil para acabar com a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos considerando os limites do planeta.



1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todo;

¹⁴ Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso 17/08/2020

¹⁵ Guia dos ODS para as Empresas. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/guia-dos-ods/#.XztBfehKg2x>. Acesso 17/08/20

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Na medida em que os ODS formam a agenda global para o desenvolvimento das nossas sociedades, eles permitirão que as empresas líderes demonstrem como os seus negócios ajudam no avanço do desenvolvimento sustentável, tanto minimizando os impactos negativos quanto maximizando os impactos positivos nas pessoas e no planeta.

“As empresas são parceiras vitais no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Elas podem contribuir através das suas atividades principais, e solicitamos que as empresas de todos os lugares avaliem o seu impacto, estabeleçam metas ambiciosas e comuniquem seus resultados de forma transparente”. (Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas).

Cobrindo uma ampla gama dos tópicos de desenvolvimento sustentável relevantes para as empresas – tais como pobreza, saúde, educação, mudanças climáticas e degradação ambiental – os ODS podem ajudar na conexão de estratégias comerciais com prioridades globais. As empresas podem utilizar os ODS como um quadro global para moldar, conduzir, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, permitindo que essas tirem proveito de uma escala de benefícios, tais como:

1. Identificação de oportunidades de negócios futuras;
2. Valorização da sustentabilidade corporativa;
3. Fortalecimento das relações com as partes interessadas e manutenção do ritmo com os desenvolvimentos da política;
4. Investir em um ambiente propício aos negócios;
5. Utilização de uma linguagem comum e de uma finalidade compartilhada.

8.1 ODS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em meio à COVID-19, a comunidade global se vê confrontada com “ameaças paralelas ligadas à saúde, crises econômicas e sociais que prejudicaram os países e nos deixaram paralisados. Os efeitos da pandemia sobrecarregaram os sistemas de saúde globalmente; causaram o fechamento de empresas e fábricas; mantiveram 1,6 bilhão de alunos fora da escola; interromperam cadeias globais de valor e o fornecimento de produtos; e devem empurrar 71 milhões de volta à pobreza extrema. Os mais pobres e os mais vulneráveis estão sendo afetados desproporcionalmente, com mulheres e crianças arcando com o maior ônus.

A crise afetou significativamente os meios de subsistência de 1,6 bilhão de trabalhadores do setor informal, ou metade da força de trabalho global, exacerbando a vulnerabilidade de 1 bilhão de moradores de favelas e interrompendo as intervenções para salvar vidas. Também provocou um aumento na violência doméstica contra mulheres e crianças. Superar a crise e voltar aos trilhos para alcançar os ODS exigirá liderança, previsão, inovação, finanças e colaboração entre todos os governos e todas as partes interessadas.

9. IMPACTOS E TENDÊNCIAS DA COVID-19 NOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Acessar link:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a246523555d874372d9c9b9b2c966a79/\\$File/19657.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a246523555d874372d9c9b9b2c966a79/$File/19657.pdf)

DIÁLOGOS EMPRESARIAIS

Cenários e Perspectivas da
Economia Brasileira e Baiana.

Conferência online - YouTube/Sebrae Bahia

Dia 1: 04/08 - 15h



Juliana Inhasz
Doutora em Economia e
professora do INSPER/SP



Edivan Fonseca de Miranda
Mestre em Administração,
trabalha no Governo Federal,
na Secretaria de Modernização
do Estado



Giovanni Beviláqua
Doutor em Economia e
analista do Sebrae

Realização:



DIÁLOGOS EMPRESARIAIS

Cenários e Perspectivas da
Economia Brasileira e Baiana.

Conferência online - YouTube/Sebrae Bahia

Dia 2: 11/08 - 15h



Tânia Bacelar

*Doutora em Economia Pública
na Universidade de Paris I,
Panthéon-Sorbonne e
consultora em economia e em
planejamento*



Gustavo Pessoti

*Mestre em Desenvolvimento
Regional/UNIFACS
e diretor de Indicadores e
Estatísticas da SEI*

Realização:



2020. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Gestão Estratégica – UGE

Rua Arthur de Azevêdo Machado, 1225- Costa Azul, Salvador- BA,
41760-000

Telefone: (71)3320-4422

Site: www.ba.sebrae.com.br

Conselho Deliberativo do Sebrae Bahia

Carlos de Souza Andrade

Diretoria da Superintendência

Jorge Khoury

Diretoria Técnica

Franklin Santana Santos

Diretoria Administrativa e Financeira

José Cabral Ferreira

Unidade de Gestão Estratégica

Gerente

Isabel de Cássia S. Ribeiro

Gerente Adjunto

Marco Antonio Guidez Marques

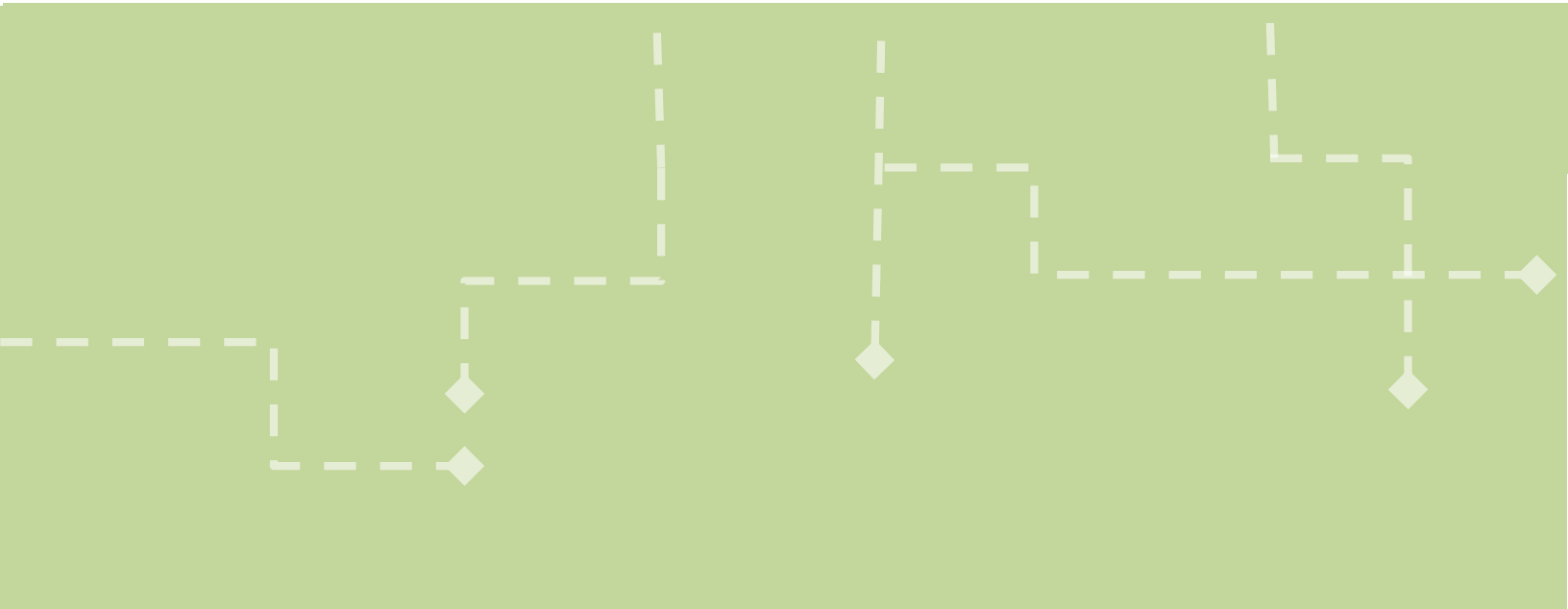
Equipe Analistas Técnicos

Fernando Edmar Oliveira da Silva

Ludmila Ribeiro Cruz Santos

Equipe de Apoio

Lorena Lôbo Santos



SEBRAE